

# Relatório e Contas 2018



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Em cumprimento das políticas internas de boa governação, o CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (CIP) apresenta o Relatório e Contas referentes ao ano 2018, acompanhado pelos Pareceres do Conselho Fiscal e do Auditor Independente, bem como um breve resumo das principais realizações levadas a cabo pela organização no referido ano, de acordo com o Plano Anual, cujo referente é o Plano Estratégico (2014-2018).

## Missão

Promover a integridade na esfera pública em Moçambique, através da denúncia da corrupção e de irregularidades, em geral, e da advocacia da consciencialização pública e a favor das boas práticas na gestão do bem comum.

## Visão

Um país onde os agentes públicos e privados agem com integridade e probidade na esfera pública, contribuindo para uma gestão pública democrática, transparente e em conformidade com a lei.

## Princípios Fundamentais Orientadores

As acções do CIP são orientados pela integridade, a transparência, a prevenção da corrupção e a boa governação.

## Relatório Programático

Em 2018 o Centro de Integridade Pública (CIP) realizou a avaliação de meio termo do seu Plano Estratégico - PE (2014 - 2018) como um das principais acções. A avaliação realizada visava essencialmente orientar a organização para o alcance dos objectivos a que se comprometeu atingir com a execução em curso do PE, identificar novas áreas de abordagem surgidas do processo de descentralização e perspectivar novas formas de intervenção mais ajustadas ao alcance de resultados.

Outrossim, tratou-se de um ano atípico no sentido de que foram realizadas eleições para as assembleias autárquicas o que obrigou a um direccionamento da organização com vista a fazer a cobertura integral do processo eleitoral que decorreu, desde as acções de recenseamento e terminando com a realização da votação propriamente dita que é o culminar de todo o processo.

Quer isto significar que o processo de avaliação do PE e o eleitoral, são aqueles que marcaram, embora não só, o ano de 2018 em termos de actividades realizadas pelo CIP. Ou seja, há que ter em atenção que outras actividades também foram realizadas a par das que foram destacadas, sendo essas também essenciais para o cumprimento dos objectivos que o CIP pretende alcançar com o seu PE e sobre as quais este relatório fará a necessária descrição.

O objectivo deste relatório de actividades de 2018 é o de descrever como o CIP estruturou as suas intervenções programáticas e financeira e fazer o balanço narrativo/analítico dos resultados alcançados, em linha com as actividades programadas e realizadas ao nível de cada pilar.

O relatório é constituído por 2 blocos, sendo o primeiro programático e o segundo referente à administração e finanças.

## 1. Indústria Extractiva e Recursos Naturais

No âmbito da implementação da EITI, o pilar contribuiu na melhoria do ambiente de governação do sector, em termos de disponibilidade de informações sobre as receitas publicadas regularmente e com detalhe. Dados sobre a produção e exportações foram colocados no domínio público e os contratos publicados na íntegra. O “beneficial ownership” das licenças foi igualmente revelado. Em termos mais precisos o pilar contribuiu para que:

- O conceito sobre a Alta Autoridade para a Indústria Extractiva (AAIE), fosse tido em

consideração pela empresa contratada pelo Governo para elaborar a proposta. Frisar que o posicionamento do CIP foi apresentado publicamente por via de um documento produzido e publicado em 2015, bem como apresentado em várias conferências e intervenções públicas;

Maior consciência dos representantes da Direcção Provincial dos Recursos Minerais e Energia - DIPREME (Nampula) em relação aos riscos ligados à falta de coordenação inter-institucional, discricionarismo do Ministro, bem como consultas mal conduzidas pelo facto de as empresas não reconhecerem a autoridade dos Governos Provinciais; • O CIP forçou a Anadrako e o MITADER a reverem e a redesenharem o Plano de Reassentamento 6 da comunidade de Milamba, para garantir melhores condições de vida; • Suspensão, a 22 de Maio de 2018, das operações da Haiyu (e a empresa terá de realizar vários estudos e elaborar planos de reassentamento e de gestão ambiental). E sobre isto, o CIP descolou-se à Sangage para informar às comunidades sobre a medida tomada pelo Governo e a necessidade destas se prepararem para participar nas consultas públicas.

## **2. Instituições Democráticas de Controlo e Quadro Regulador e Anticorrupção**

O pilar de Instituições Democráticas de Controlo e Quadro Regulador contribuiu para a criação de um ambiente na área da administração da justiça, em conformidade com os mandatos das instituições de direito para assegurar que os respectivos mandatos estejam livres de situações de conflitos de interesse. Em termos concretos, o pilar contribuiu para: 7 • Que o Governo passasse a componente 5 da

Estratégia de Reforma e Desenvolvimento da Administração Pública (ERDAP) referente ao combate a corrupção e promoção da transparência para que esta se torne na prioridade. Ou seja, a área de combate a corrupção passou a ser a primeira em termos de prioridade no que tange a ERDAP; • Que os tribunais começassem a julgar com alguma celeridade (embora ainda não a desejada) os casos de corrupção submetidos pelo Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC); • Debate para a criação de secções especializadas para julgar casos de corrupção, ao nível dos tribunais, que foi integrado no Plano Estratégico do Gabinete Central de Combate à Corrupção (2018 - 2024); • Aprovação do diploma legal sobre os procedimentos a seguir na negociação, contratação e emissão de dívidas públicas, bem como a emissão de garantias pelo Estado, com o objectivo de conferir maior rigor a este tipo de processos; • Processo em curso de revisão da Lei da Electricidade, o que irá reduzir a necessidade de revisão da lei que cria o Regulador do sector energético no sentido deste se adequar as dinâmicas do mercado eléctrico em expansão e a necessidade de garantia de acesso universal a energia eléctrica por parte dos moçambicanos até 2030.

## **3. Receita e Despesa Pública**

O pilar de Receitas e Despesas Públicas em 2018 contribuiu para a fortificação da relação entre o sector público e o CIP, através da partilha de informação e advocacia para maior transparência nas contas públicas o que envolveu a capacitação dos actores-chave no processo. Em termos concretos foi possível alcançar: 8 • Maior disponibilidade por parte do Ministério de Economia e Finanças (actor relevante) em cooperar com o CIP e acima de

tudo, do Ministro afirmar em encontros com a sociedade civil que tem acompanhado as notas produzidas pelo CIP. Esta abertura surgiu depois do pilar ter decidido adoptar uma linguagem pró-engajamento; • Maior disponibilidade de informação ao público sobre o escândalo das dívidas ilegais com grande ênfase para o processo de reestruturação das mesmas; • Criação de uma consciência activa na sociedade sobre a contribuição fiscal do sector extractivo (através de análises a projectos específicos) e as discrepâncias existentes entre o previsto, de acordo com o quadro legal e o que efectivamente as companhias têm estado a pagar ao Estado; • A empresa Aeroportos de Moçambique realizou um evento público para apresentar os resultados financeiros de 2017 e justificou-se sobre os prejuízos enfrentados em anos anteriores (período de cobertura da nota do CIP), com o objectivo de promover a transparência na gestão das contas da empresa.

## **4. Parcerias Público Privadas**

O pilar de Parcerias Público-Privadas contribuiu para a criação de oportunidades de um amplo debate público na sociedade, através de artigos jornalísticos publicados na imprensa escrita, radiofónica e televisiva. Em termos concretos o pilar contribuiu para: • Revelação das ineficiências sobre o processo de fornecimentos de bens e serviços ao Ministério da Saúde - MISAU, que se reflectiu na participação dos cidadãos no debate público sobre a matéria e consequente exigência, por parte dos doadores, de maior transparência e prestação de contas no processo do procurement público do MISAU; • Denúncia à Procuradoria da República da Cidade de Maputo sobre um concurso público em que se verificaram várias irregularidades para responsabilização dos envolvidos.

## 5. Projecto Utente Repórter

A publicação do relatório de Falta de medicamentos Plataforma de gestão e partilha de informações sobre a logística de medicamentos, que permite aos 10 utentes reportarem a falta de medicamentos nas unidades sanitárias, em todo o país. Em termos de resultados a plataforma permitiu: • A revitalização das ferramentas de comunicação das plataformas da sociedade civil para a saúde; • Realização de reuniões regulares de coordenação técnica (cerca de 55 reuniões); • Capacitação em matéria de cidadania sanitária, para a promoção de direitos e deveres do utente, na Cidade e Província de Maputo; • Memorandum of Understanding (MOU) assinado com o Governo para abordar questões de transparência no sector da saúde; • Aumento de percentagem de US que reportam a falta de medicamentos nos últimos tempos, usando a plataforma Utente Repórter; • Utilização dos resultados de sistemização da plataforma pelo MISAU para a elaboração dos seus planos de resposta.

## 6. Programa de observação Jornalística de Eleições

O programa de observação jornalística de eleições contribuiu para a investigação dos assuntos de relevância para o público e para os principais actores, de modo a que as nuances do processo eleitoral fossem do domínio público. Em termos concretos o programa contribuiu para que: • Cidadãos, Sociedade Civil, imprensa e parceiros de cooperação melhor informados sobre o processo eleitoral, o que permitiu a sua melhor intervenção e avaliação; • Graças à intervenção do CIP o Conselho

Constitucional recomendou a adopção de um Código Eleitoral para substituir a legislação eleitoral avulsa e muitas vezes contraditória; • O CIP expôs, através da observação directa, vários casos de fraude cometidos nas mesas de votação, o que forçou a mudança da forma e local de prática de fraude eleitoral. Os agentes de fraude deixaram de praticá-la nas mesas de votação devido à forte fiscalização independente e passou a ser cometida nas Comissões Distritais de Eleições, onde a observação independente não tem acesso.

## 7. Projecto Accountability

As descobertas de enormes quantidades de gás natural na Bacia do Rovuma, em Cabo Delgado, colocam Moçambique numa posição privilegiada relativamente à atracção de investimento estrangeiro que poderá servir como um indispensável factor para impulsionar o crescimento económico e posterior desenvolvimento da economia do país. Em termos de resultados esta iniciativa permitiu: • A abertura por parte do Governo Central para colaborar com o CIP na partilha de informações, através do Instituto Nacional de Petróleo (INP) e da Autoridade Tributária (AT); • Maior consciencialização por parte da Assembleia Provincial de Cabo Delgado sobre o seu papel na monitoria das questões referentes ao sector extractivo bem como na melhor percepção das suas necessidades e relevância do contributo da AP no quadro da boa governação do sector extractivo; • Maior interesse por parte da comunicação social e elevação do debate sobre a governação do sector extractivo a nível provincial. O CIP contribuiu, através do projecto e outras acções paralelas, para maior partilha de informação através dos eventos (conferência e capacitações) realizados em

Pemba onde estão concentrados os actores políticos, universidades, sociedade civil e outros intervenientes; • Maior abertura por parte das empresas do sector extractivo na colaboração com as Organizações da Sociedade Civil (OSC). Exemplo disso é a abertura/colaboração da Montepuez Ruby Mining com a OSC (AMA) de Cabo Delgado na disponibilização de informação da monitoria sobre o processo de reassentamento; • Formação de 500 técnicos para fazer face ao défice dos quadros qualificados para trabalhar na indústria extractiva, como resposta aos apelos do CIP nesse sentido.

## 8. Projecto "IMPACT"

A iniciativa do projecto IMPACT contribuiu no diálogo e na criação de incentivos para o governo, sector privado e a sociedade civil se empenharem na promoção da ética e da integridade nos negócios como viés para o combate à corrupção. Em termos concretos o IMPACT contribuiu para: • Elaboração de um plano conjunto entre a Autoridade Tributária e o CIP para a formação dos membros associados do Mukhero em matérias relacionadas com a Pauta Aduaneira. • Para a materialização dos resultados acima o BICA disponibilizou os seguintes deliverables: • Realização de seminários ao nível de algumas províncias, nomeadamente Tete, Nampula, Niassa e Cabo-Delgado, onde participou um total de 80 professores, provenientes de vários distritos pré-seleccionados; • Realização de uma pesquisa exploratoria, com o objectivo principal de mapear as fragilidades cognitivas de interpretação da Pauta Aduaneira por parte dos Mukheristas. • Desafios e lições aprendidas • Necessidade de coordenação conjunta de acções

entre os vários intervenientes da iniciativa; • Necessidade de fortalecimento institucional das Associações (formações em Advocacia e Associativismo).

## 9. Áreas Transversal da Comunicação

### Redes Sociais

Redes Sociais No facebook o CIP possui 26 mil seguidores, assim sendo o número de reações, likes e partilha das publicações do CIP por parte dos usuários tem aumentado positivamente. Embora até agora o nosso maior público seja 76% do género masculino com idades compreendidas entre os 18 e os 34 anos.

#### a) SMS

Ao longo do primeiro semestre foi desenvolvida uma plataforma de envio instantâneo de sms, onde é possível receber mensagens com o link das publicações do CIP, de forma a expandir a informação para vários tipos de público, não somente as pessoas que estão ligadas às nossas redes sociais ou maillist. O serviço é prático, de fácil partilha e não se limita a pessoas que se subscreveram no nosso website.

#### b) Website

A nossa página atinge uma média de 300 a 900 clicks por publicação o que significa que a informação que disponibilizamos na página é utilizada, para fins diversos. Porém, foi produzido o novo layout para o website do CIP, que apresenta inovação tendo em conta as críticas que tínhamos recebido sobre o difícil acesso a nossa página. Foi necessário mudar para que se possa atingir novos públicos (pessoas com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos), com muita ou pouca experiência com websites. Para tal pretendemos que o

website seja atractivo visualmente, de fácil manuseio, futurista e interactivo, tendo em conta o perfil do Centro de Integridade Pública.

#### c) Campanha de Advocacia

A campanha de advocacia do ano de 2018 consiste em demonstrar como funcionava a Governação do ex-chefe de Estado Armando Emílio Guebuza comparando com a actual governação de Filipe Jacinto Nyusi, com o objectivo de consciencializar a sociedade de que o sistema actual continua idêntico ao anterior e tem vindo a beneficiar e encobrir algumas personalidades no caso das dívidas ocultas.

#### d) Evento dia Internacional do combate à corrupção

No dia 10 de Dezembro, o CIP realizou um evento para o dia internacional do combate à corrupção que teve lugar no hotel Cardoso, pelas 10:30. Foi um evento de muita aderência pelos representantes do FMI e da EDM.

A direcção do CIP aproveita a oportunidade para agradecer aos parceiros pelo apoio prestado ao longo do ano de 2019, pois foi graças a esse apoio que o CIP alcançou os resultados apresentados neste relatório.

O Conselho de Direcção



Edson Cortés



Mabeko, Centro de Integridade Pública de Moçambique (CIP)  
**DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**  
 Ano findo a 31 de Dezembro de 2018  
 (Expresso em Dólares Americanos)

Receitas	Orçamento	Total recebido	Varição %	Varição orçamental	N
<b>Fundos Recebidos</b>				78 032	
Cooperação Suíça	704 149	626 127	89%	(181 378)	
Embaixada da Noruega	460 609	641 987	101%	17 132	
OXFAM NOVIB (AGIR)	480 571	463 439	96%	(84 670)	
DFID	556 380	641 050	115%	(34 543)	
Embaixada dos Países Baixos	224 674	259 217	115%	(205 410)	
<b>Total Receitas</b>	<b>2 426 383</b>	<b>2 631 820</b>	<b>108%</b>		
Despesas	Orçamento	Total gasto	% de execução	Varição orçamental	
<b>Despesas Operacionais</b>				1 885	
Material de Escritório e Consumíveis	13 842	11 957	86%	375	
Despesas Bancárias	3 900	3 525	90%	5 581	
Renda do Escritório	66 977	61 395	92%	(942)	
Segurança do Escritório	10 000	10 942	109%	511	
Comunicações Assistência Informática e a	30 000	29 489	98%	(118)	
Página web	4 839	4 957	102%	1 586	
Água e Electricidade	3 250	1 664	51%	11 207	
Manutenção & Reparação do Escritório					
Combustíveis Lubrificantes & Manutenção &	15 277	4 071	27%	3 338	
Reparação de Viaturas	4 537	1 199	26%	1 418	
Seguro de Viaturas	5 000	3 582	72%	7 719	
Subscrições	20 000	12 281	61%	(12 481)	
Auditoria Externa	726 200	738 681	102%	4 634	
Salários & Encargos	6 750	2 116	31%	2 876	
Subsídio de Comunicações	9 414	6 538	69%	3 596	
Subsídio de Combustível	7 500	3 904	52%	1 590	
Serviços Externos	102 506	100 916	98%	14 307	
Desenvolvimento Institucional	32 650	18 342	56%	5 910	
Viagens Internacionais	26 350	20 440	78%		
Gestão de Riscos				53 018	
<b>Sub total</b>	<b>1 088 992</b>	<b>1 036 001</b>	<b>95%</b>		
<b>Despesas com Programas</b>				2 413	
<b>Indústria Extractiva e Recursos Naturais</b>				22 631	
Governança do Sector Extractivo	160 000	157 587	98%	15 303	
Programa de Accountability em Cabo Delgado	224 674	202 043	90%	(3 303)	
Parcerias Público - Privadas	100 000	84 697	85%	4 112	
Receitas e Despesas Públicas	202 109	205 412	102%	9 503	
Rastreo da Despesas Pública	100 000	95 888	96%	(2 415)	
Instituições Democráticas de Controlo e	178 645	169 142	95%	99 060	
Quadro regulador	90 000	92 415	103%	23 446	
Jornalismo Investigativo	210 609	111 549	53%	2 611	
Eleições	201 883	178 437	88%	(9 743)	
Mais Vida – faising Out	50 000	47 389	95%		
Avaliação de Meio Termo	0	9 743	-	163 619	
Diferenças cambiais desfavoráveis				216 637	
<b>Sub total</b>	<b>1 517 920</b>	<b>1 354 301</b>	<b>92%</b>		
<b>Total de despesas</b>	<b>2 606 912</b>	<b>2 390 302</b>		<b>(422 046)</b>	
<b>Excesso de Receitas/Despesas</b>		<b>241 518</b>			

Mabeko, Centro de Integridade Pública de Moçambique (CIP)  
**DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA**  
 31 de Dezembro de 2018  
 (Expresso em Dólares Americanos)

Descrição	Notas	USD	USD
		<b>31.12.18</b>	<b>31.12.17</b>
Saldo inicial		109 277	210 202
Excesso de Receitas/(Despesas)	Pág. 5	241 518	(100 925)
<b>Saldo final</b>		<b>350 795</b>	<b>109 277</b>
<i>Representado por:</i>			
Caixa	3	49	66
Depositos a ordem (Standard Bank) - MZM	3	2 949	22 638
Depositos a ordem (Standard Bank) - USD	3	349 411	182 347
Adiantamento concedidos	4	2 904	406
Devedores trabalhadores	5	5 947	-
Credeores	6	(10 466)	(96 180)
		<b>350 795</b>	<b>109 277</b>

## 1. Introdução

### 1.1 Mabeko, Centro de Integridade Pública de Moçambique (CIP)

O Centro de Integridade Pública de Moçambique (CIP) é uma pessoa colectiva de direito privado dotada de personalidade jurídica do tipo associação sem fins lucrativos não partidária independente com autonomia administrativa financeira e patrimonial.

A Missão do CIP é de promover a integridade na esfera pública em Moçambique através da denúncia da corrupção e de irregularidades em geral e da advocacia da consciencialização pública e a favor das boas práticas na gestão do bem comum.

### 1.2 Financiamento

Foi assinado um Memorando de Entendimento entre Parceiros e o CIP em Abril de 2014 com o objectivo de financiar o Plano Estratégico do CIP de Janeiro de 2014 a Dezembro de 2018.

O financiamento "*Joint Funding Arrangement*" é composto por 5 doadores nomeadamente: Department For International Development (DFID), Swiss Agency for Development and Cooperation (SDC), Embaixada da Noruega, OXFAM NOVIB Moçambique e Embaixada dos Países Baixos.

O orçamento global do Cento de Integridade Pública para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 é de 2 606 912 Dólares Americanos.

## 2. Políticas Contabilísticas

Os parágrafos seguintes descrevem as principais políticas contabilísticas aplicadas consistentemente ao projecto.

### (a) Geral

O mapa de Despesas foi preparado na base do princípio contabilístico de Caixa. De acordo com este princípio as receitas são registadas quando forem recebidas e as despesas são apenas registadas na data em que os pagamentos forem efectuados.

### (b) Convenção Contabilística

Os registos contabilísticos são preparados pelo princípio do custo histórico sem quaisquer ajustamentos subsequentes para reflectir o impacto das mudanças de preços específicos ou a evolução do nível geral de preços.

### (c) Equipamentos

As aquisições de equipamentos são registadas como despesas correntes do projecto na data do seu pagamento. Contudo a organização mantém um inventário detalhado de todos os equipamentos adquiridos.

### (d) Transacções em moeda estrangeira e nacional

A moeda de referência para o registo das transacções é o Dólar americano. As transacções efectuadas em moeda nacional são convertidas para esta moeda ao câmbio do fecho do mês. As diferenças cambiais favoráveis e desfavoráveis são reflectidas nas contas de resultados no período de ocorrência. A taxa de câmbio para a preparação e apresentação das Demonstrações de Receitas & Despesas é 1USD = 61.206 MT (taxa de câmbio média do Standard Bank).

## 3. Saldos bancários a 31 de Dezembro de 2018

Banco	Conta no.	Moeda	Valor origem	USD
Standard Bank S.A.	1135631061024	USD	349 411	349 411
Standard Bank S.A.	1135631061008	MZN	180 521	2 949
				<u>352 360</u>
Caixa				49
<b>Caixa e Bancos</b>				<u><b>352 409</b></u>

## 4. Adiantamento para despesas de viagens

Esta rubrica se refere aos fundos colocados a disposição dos colaboradores para a cobertura das despesas de viagens que a data do fecho das contas ainda não tinham sido justificados.

Descrição	31.12.18	31.12.17
Colaboradores (viagens)	2 904	406
	<u>2 904</u>	<u>406</u>

## 5. Devedores trabalhadores

A rubrica "Devedores trabalhadores" se refere aos fundos colocados a disposição dos colaboradores a título de adiantamento salarial e que não foram reembolsados até ao mês de Dezembro de 2018.

Descrição	31.12.18	31.12.17
Devedores trabalhadores	5 947	-
	<u>5 947</u>	<u>-</u>

## 6. Credores

A rubrica "Credores" corresponde aos impostos bem como a contribuição ao INSS referentes ao mês de Dezembro de 2018 a serem pagos em Janeiro de 2019.

Descrição	31.12.18	31.12.17
Rendimentos Profissionais	2 158	31 233
Rendimentos Prediais	22	1 118
Rendimentos de Trabalho Dependente	4 316	51 933
Contribuições ao INSS	3 970	11 896
	<u>10 466</u>	<u>96 180</u>

Mabeko, Centro de Integridade Pública de Moçambique (CIP)  
**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 Ano findo a 31 de Dezembro de 2018  
 (Expresso em Dólares Americanos)

**7. Financiamento**

Descrição	31.12.18	31.12.17
SDC	626 127	710 649
Norway	641 987	258 357
Oxfam Novib (AGIR)	463 439	683 548
IBIS	-	45 000
Embaixada da Dinamarca	-	308 453
Embaixada da Holanda	259 217	171 893
DFID	641 050	365 789
	<b>2 631 820</b>	<b>2 543 689</b>

**8. Custos/Proveitos Financeiros**

Descrição	31.12.18	31.12.17
Diferenças cambiais favoráveis	8 978	3 131
Diferenças cambiais desfavoráveis	(18 721)	(48 992)
	<b>(9 743)</b>	<b>(45 861)</b>

**9. Custos com o pessoal**

Descrição	31.12.18	31.12.17
Salários & encargos	738 681	660 602
Subsídio de comunicações	2 116	1 105
Subsídio de combustível	6 538	5 777
	<b>747 335</b>	<b>667 484</b>

**10. Despesas Operacionais**

Descrição	31.12.18	31.12.17
Material de escritório e consumíveis	11 957	14 445
Despesas bancárias	3 525	6 433
Renda do escritório	61 395	66 129
Segurança do escritório	10 942	15 783
Comunicações	29 489	55 325
Água e electricidade	4 957	2 613
Manutenção & reparação do escritório	1 664	19 720
Combustíveis lubrificantes & manutenção & reparação de viaturas	4 071	8 780
Seguro de viaturas	1 199	3 549
Subscrições	3 582	2 401
Auditoria externa	12 281	-
Serviços externos	3 906	7 119
Transversal1: Desenvolvimento Institucional	100 916	87 437
Viagens Internacional	18 343	42 762
Gestão de Riscos	20 440	91 807
	<b>288 667</b>	<b>424 304</b>

Mabeko, Centro de Integridade Pública de Moçambique (CIP)  
**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 Ano findo a 31 de Dezembro de 2018  
 (Expresso em Dólares Americanos)

**11. Despesas com Programas**

Descrição	31.12.18	31.12.17
Despesas e receitas públicas	205 412	150 317
Indústria extractiva	-	-
Parcerias públicas - privadas	84 697	143 097
Instituições democráticas de controlo e quadro regulador	169 142	142 446
Eleições	-	146 570
Monit, Avali, Aprendizagem	8 292	-
Jornalismo Investigativo	92 415	89 668
Projecto Mais Vida	-	80 170
Equipa Principal	75 743	-
Comparticipação do Programa (5%)	9 812	-
Avaliação de Meio Termo	47 389	-
Durante a Campanha, Votacao, Contagem	5 148	-
Formação de Correspondentes em 10 Provinciais	20 846	-
Programa de Accountability C. Delgado	202 043	-
Pessoal	59 748	-
Activ Implem Provincias	85 018	-
Rastreio da Despesa Publica	95 887	182 478
Governacao do Sector Extractivo	157 586	149 310
Projecto IMPACT	-	64 202
Plataforma Inclusao	-	33 728
Observatorio de Direito	-	48 729
Campanha Nao a cultura de Corrupcao	-	35 615
Programa de Transp Prest contas na Exploracao RN em Cabo Delgado	-	210,870
Accao de Itigacao	-	29 765
Outros Custos Directos	25 379	-
	<b>1 344 557</b>	<b>1 506 965</b>



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento do disposto nas alíneas A e B do artigo 17 dos Estatutos do Centro de Integridade Pública, adiante designado por CIP, o Conselho Fiscal, no exercício das suas competências, vem apresentar o relatório sobre a sua actividade fiscalizadora.

O Conselho Fiscal acompanhou com a periodicidade e a extensão que considera adequada, a evolução das actividades do CIP, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obteve, sempre que solicitado, os devidos esclarecimentos e informações do Conselho de Direcção e das diversas áreas do CIP.

O Relatório Financeiro, compreendendo a Execução Orçamental e a posição Financeira do CIP e todos movimentos contabilísticos estão alinhados com as disposições legais em vigor e com os contratos bilaterais e MoU assinados entre o CIP e seus Parceiros de Financiamento, não tendo verificado situações ou quaisquer actos que violem os Estatutos, propõe-se que o referido relatório financeiro e o de actividades do ano de 2018 sejam aprovados.

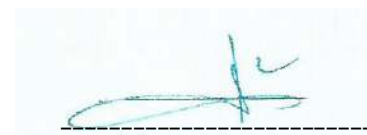
O Conselho Fiscal regista também com satisfação o processo democrático que culminou com a nomeação em Assembleia Geral do novo Director e a continuação da elevação da bandeira do CIP dentro do país e além fronteiras.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- Se aprove a Execução Orçamental e a posição Financeira do CIP que vos são apresentadas.

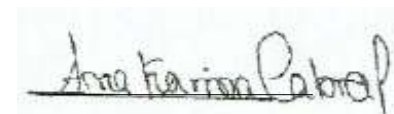
O Conselho Fiscal expressa o seu voto de louvor e confiança aos membros da Direcção e todos colaboradores pela dedicação, empenho, profissionalismo e competência com que exerceram as funções durante o ano de 2018, na linha do que se exige ao CIP.

Maputo, 25 de Janeiro de 2019

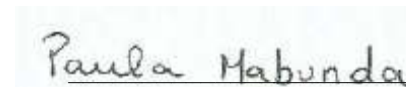


Alfredo Binda

*(Presidente)*



Ana Carina Cabral  
Vogal



Paula Mabunda

Vogal



## DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A responsabilidade pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira bem como a preparação dos diversos demonstrativos que integram o presente relatório, em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceites, aplicados de forma consistente entre os exercícios, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados, é da administração da Mabeco, Centro de Integridade Pública (CIP).

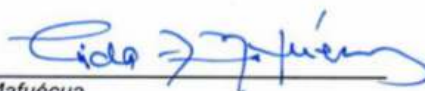
As demonstrações financeiras foram auditadas pelo auditor independente Deloitte & Touche (Moçambique), Lda, aos quais foram disponibilizados todos os registos contabilísticos da Mabeco, Centro de Integridade Pública (CIP) "Joint Funding Arrangement" e respectiva documentação de suporte, assim como todos os contratos, acordos, actas e a correspondência relevante. A opinião do referido auditor independente está apresentada nas páginas 2 e 3.


As demonstrações financeiras constantes deste relatório, para o ano findo a 31 de Dezembro de 2018 foram preparadas pelo CIP em base de caixa e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em associações sem fins lucrativos, aplicados de forma consistente e suportadas por razoável e prudente juízo e estimativas.

A administração é igualmente responsável pela manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. Este é concebido para assegurar uma razoável, mas não absoluta certeza sobre a fiabilidade das demonstrações financeiras e para salvaguardar adequadamente os activos da instituição. Os controlos internos são monitorados pela Direcção Executiva e pelos empregados da instituição com a necessária segregação de autoridade e funções. Procedimentos estão implementados para monitorar os controlos internos, identificar fraquezas materiais e implementar as adequadas acções correctivas.

As demonstrações financeiras, constantes das páginas 4 a 12 foram aprovadas pelo CIP em 15 de Fevereiro de 2019 e assinadas pelos seus representantes:

  
\_\_\_\_\_  
Edson Cortés  
Director do CIP

  
\_\_\_\_\_  
Aida Mafuéua  
Administradora do CIP

  
\_\_\_\_\_  
Lénine Daniel  
Contabilista do CIP

## Mabeko, Centro de Integridade Pública de Moçambique (CIP)

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Mabeko, Centro de Integridade Pública (CIP), para o período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2018 que compreendem a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração de Recebimentos e de Pagamentos bem com o resumo das políticas contabilísticas significativas aplicadas e outras notas explicativas conforme páginas 7 a 12.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração de Recebimentos e Pagamentos e a Demonstração de Recebimentos e Pagamentos por Projecto, para o período findo em 31 de Dezembro de 2018, em conformidade com os princípios e critérios contabilísticos geralmente aceites em Associações sem fins lucrativos, conforme descrito na Nota 2.

#### Base de contabilidade

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes da Instituição de acordo com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo *Ethics Standards Board for Accountants (IESBA)* órgão da *IFAC – International Federation of Accountants* e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa Opinião com reserva.

#### Responsabilidades da Direcção pelas Demonstrações Financeiras

A Direcção é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos adoptados, os quais se encontram divulgados na Nota 2. Esta responsabilidade inclui ainda a concepção, implementação e manutenção do controlo interno relevante para a apresentação apropriada de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materiais, quer devidas a fraude ou a erro. Quando prepara demonstrações financeiras a Direcção é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade divulgando quando aplicável as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a Direcção tenha a intenção de cessar as operações ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo. A Direcção é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da entidade.

#### Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material devido a fraude ou a erro e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se isolados ou conjuntamente se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela Direcção.
- Concluimos sobre a apropriação do uso pela Direcção do pressuposto da continuidade e com base na prova de auditoria obtida se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Instituição em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou caso essas divulgações não sejam adequadas modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.

Comunicamos com a Gestão, entre outros assuntos o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificada durante a auditoria.

Maputo, 11 de Março de 2019



**Deloitte & Touche (Moçambique) Lda**  
Sociedade de Auditores Certificados n.º 09/SCA/OCAM/2014  
Representada por Aneliya Nikolova  
Partner  
Auditora Certificada – 56/CA/OCAM/2014

PARCEIROS:

